

ILUSTRÍSSIMO (A) PREGOEIRO (A) DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2021

INSTITUTO DE ENSINO POLIS CIVITAS LTDA, inscrita sob o CNPJ nº: 05.745.509/0001-87, com sede à Av. Antonio Escorsin, nº 1650, São Braz, Curitiba/PR, CEP 82.300-490 vem, à presença de Vossa Senhoria, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** pelos fundamentos de fato e de direito a seguir expostos:

I. DOS FATOS

1. A Impugnante atua com forte destaque em âmbito nacional no ramo de Ensino Superior, ministrando e administrando cursos superiores de graduação, pós-graduação, extensão, cursos de aprendizagem, aperfeiçoamento e treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial, presenciais e a distância, além de diversas atividades de apoio à educação, fazendo sempre uso de sua marca, muito conhecida no meio em que atua.

2. Assim, deseja participar da licitação na modalidade pregão eletrônico em epígrafe, cujo objeto é:

contratação de curso de oratória/condução de grupo na área administrativa/gestão, com vídeos, textos e modelos, na modalidade EAD, para capacitação de servidores do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital – Termo de Referência

3. Ocorre que, ao analisar o edital do certame verificou-se a existência de cláusula restritiva à participação de diversas interessadas no certame, mormente no que tange à exigência de atestado de capacidade técnica de serviços anteriormente executados idênticos ao objeto licitado.

4. Como tal proceder, como dito, constitui grave prejuízo aos objetivos das licitações (Lei nº 8.666/93, art. 3º c/c art. 37, XX da CF/88), busca esta Impugnação a apuração do ocorrido, com a consequente correção do ato convocatório.

II. DIREITO

II.1 - ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA RESTRIÇÃO COMPETITIVIDADE – VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA

5. O Termo de Referência ao dispor dos requisitos da contratação e dos critérios de seleção do fornecedor assim dispõe:

11.1.7. Qualificação técnica:

a) Apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de curso de oratória na modalidade EAD.

6. Ainda que diferente do que impõe no Edital, item 11.1.7 A que trata da qualificação técnica, a exigência transcrita acima se reveste na obrigação da empresa licitante de apresentar atestado de capacidade técnica **IDÊNTICA** ao objeto licitado.

7. Dessa forma, ao delimitar como critério de seleção a obrigação de comprovar experiência anterior em Curso de oratória na modalidade EAD, o Edital deixa uma condicionante restrita, que exclui do processo diversas Instituições de Ensino que tenham o condão de prestar os serviços licitados, porém que não possam comprovar experiência pretérita em **UM ÚNICO** curso.

8. Fato é que independente do momento de apresentação da documentação exigida, seja ela como requisito de habilitação, seja como obrigação da adjudicatária, sabe que a cláusula nos moldes em que se encontra afasta, sobremaneira, diversas empresas que possam prestar o serviço licitado.

9. Como dito alhures, o objeto do presente contrato é a prestação de serviços de fornecimento de curso de oratória/condução de grupo na área administrativa/gestão, com vídeos, textos e modelos, na modalidade EAD. O edital ao determinar como critério do fornecedor a apresentação de "Atestado de Capacidade Técnica para condução de Curso de oratória na modalidade EAD" faz entender que está sendo exigido comprovação de experiência idêntica ao objeto licitado e suas obrigações, o que é vedado em nosso ordenamento jurídico.

10. Como se sabe, a Lei de Licitações tomou conta de definir quais seriam os documentos de habilitação necessários e possíveis de serem exigidos das empresas em processos licitatórios. Ficou a cargo do artigo 30 da Lei 8.666/93 definir quais seriam documentos aceitáveis para comprovar a qualificação técnica das licitantes.

11. Entre outros documentos, o inciso II do referido artigo determina que:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

II - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

§3º Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

12. Em que pese o edital em comento quando trata da qualificação técnica não mencionar os critérios destacados acima, sabe-se que, da forma como posta no Termo de Referência, a finalidade de tal cláusula é a mesma dos atestados, qual seja aferir a capacidade técnica-operacional da empresa em executar os serviços contratados.

13. Ocorre que o Órgão destaca uma parcela importante e significativa da prestação dos serviços que serão executados e exige que seja comprovada pelo fornecedor experiência anterior IDÊNTICA ao objeto licitado, o que não deve prosperar, posto que é latente afronta aos dispositivos legais estabelecer que se comprove aptidão técnica de exercício da atividade idêntica àquela licitada ou ainda que de uma parcela do objeto a ser executado.

14. Evidentemente que a Lei ao tratar dos atestados quando se referem à atividade COMPATÍVEL, PERTINENTE e SIMILAR não quer dizer que a atividades a serem comprovadas devem ser de objetos IDÊNTICOS ao licitado. E nem de longe poderia se tomar esta interpretação.

15. O significado das palavras compatível, pertinente e similar não nos dá outra interpretação:

Compatível: 1 - que pode coexistir. 2 - que pode ser combinado com outra(s) coisa(s), sem conflito ou oposição. Dicionário Aurélio, 6ª Ed., Editora Positivo

Pertinente: 1 - que concerne, é relativo a algo; pertencente. 2 - que vem a propósito. Dicionário Aurélio, 6ª Ed., Editora Positivo

Similar: 1 - que é da mesma natureza. 2 - semelhante. 3 - homogêneo. Dicionário Aurélio, 6ª Ed., Editora Positivo

16. Posto isto, hialino que as palavras "compatível", "pertinente" e "similar" não significam "igual" ou "idêntico", mas sim, no contexto utilizado, que possa coexistir sem conflito ou oposição, por fim, que atenda ao objeto colimado.

17. Dessa forma, ao passo que os termos utilizados na lei são "compatível", "pertinente" e "similar", não se permite exigir experiência em especificação exatamente igual ao objeto ou parcela da execução, mas algo a ele similar, ampliando a possibilidade de satisfação da condição pleiteada.

18. Assim ensina o festejado Marçal Justen in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 14ª ed., ed. Dialética:

A invalidade não reside na restrição em si mesma, mas na incompatibilidade dessa restrição com o objeto da licitação. Aliás, essa interpretação é ratificada pelo previsto no artigo 37, inc. XXI, da CF ("o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações"). A incompatibilidade poderá derivar de a restrição ser excessiva ou desproporcionada às necessidades da Administração. Poderá, também, decorrer da inadequação entre a exigência e as necessidades da Administração.

19. Corroborando tal entendimento, decidiu o Tribunal de Contas da União:

O edital de licitação não deve conter quaisquer exigências que sejam impertinentes ou irrelevantes para o específico objeto a ser licitado, por constituírem restrições ao caráter competitivo, nos termos do artigo 3º, § 1º, inciso I, da Lei de nº 8.666/93. (TCU. Processo nº 001.645/2004-2. Acórdão nº 1.748/2004 – Plenário).

20. Citando novamente MARÇAL JUSTEN FILHO:

Não cabe à Administração ir além do mínimo necessário à garantia do princípio da República. Logo, não se validam exigências que, ultrapassando o mínimo, destinam-se a manter a Administração em situação 'confortável'. A CF/88 proibiu essa alternativa. (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativo, 14ª ed., São Paulo, Dialética, 2010)

21. Assim lembramos que a opção constitucional é, aliás, bastante clara no sentido de que as exigências de qualificação técnica devem se restringir ao mínimo necessário para se assegurar a execução satisfatória do contrato, sendo juridicamente impossível qualquer exigência expressamente contrária à lei. Dispõe o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal que:

Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de

qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

22. Da mesma forma, prescreve o art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei 8.666:

É vedado aos agentes públicos (...) admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato”

23. Como se não bastasse, permanecer tal exigência é confrontar o princípio da legalidade, visto que a Administração somente pode fazer o que está previsto em Lei e a exigência atacada afronta ao disposto no artigo 30, §5º da Lei 8.666/93. Por esta razão o festejado professor CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO é incisivo nesta seara, verbis:

O princípio da legalidade, no Brasil, significa que a Administração nada pode fazer senão o que a lei determina.

24. Por fim o Tribunal de Contas da União corrobora com nosso entendimento de que as exigências relativas à qualificação técnica, nota-se independente do momento de apresentação, têm objetivo preciso, qual seja:

Assegurar que o licitante estará apto a dar cumprimento às obrigações assumidas com a Administração, não podendo a sua comprovação ser feita mediante a formulação de exigências desarrazoadas, que comprometam a observância do princípio constitucional da isonomia” (Decisão 503/2000, Plenário, Rel. Min. ADHEMAR PALADINI GHISI, DOU 05.07.2000).

25. Isto posto e do mais que nos autos constam, requer o provimento da presente Impugnação para que sejam excluídas as cláusulas 5.4 e 20.7 do Termo de Referência, extirpando a exigência da apresentação de Atestado de Capacidade Técnica para condução de Curso de oratória na modalidade EAD, posto que a condição imposta se traduz em atestados de capacidade técnica igual e não compatível com o objeto licitado, o que é vedado por nosso ordenamento jurídico.

III. PEDIDO

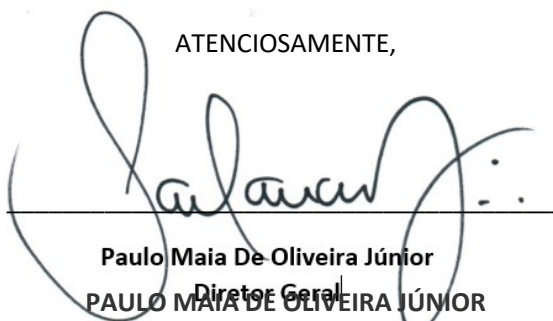
26. Pelo exposto e do mais que nos autos consta, espera e requer a Vossa Senhoria a PROCEDÊNCIA da presente impugnação para que sejam excluídas as cláusulas 11.1.7 A do Termo de Referência, extirpando a exigência da apresentação de Atestado de Capacidade Técnica para condução de Curso de oratória na modalidade EAD, postos que a condição imposta

se traduz em atestados de capacidade técnica igual e não compatível com o objeto licitado, o que é vedado por nosso ordenamento jurídico.

27. Requer, ainda, que todas as intimações, caso encaminhadas eletronicamente, sejam enviadas ao e-mail licitacao@poliscivitas.edu.br e, caso encaminhadas em meio físico, sejam direcionadas ao endereço Avenida Av. Getúlio Vargas, 275 - Centro, Uberlândia - MG, 38400-299, sala 705, Edifício Metropolitan.

De Curitiba/PR para Salvador/BA, 9 de agosto de 2021.

ATENCIOSAMENTE,



Paulo Maia De Oliveira Júnior
Diretor Geral
PAULO MAIA DE OLIVEIRA JÚNIOR
CPF: 709.031.319-00
Diretor Geral do Instituto Pólis Civitas

INSTITUTO DE ENSINO PÓLIS CIVITAS LTDA.